

ORGANIZADORES

Cecília Azevedo

Ronald Raminelli



# HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

{ NOVAS PERSPECTIVAS }



Copyright © 2011 Cecília Azevedo | Ronald Raminelli

Direitos desta edição reservados à

EDITORA FGV

Rua Jornalista Orlando Dantas, 37

22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil

Tels.: 0800-021-7777 | 21-3799-4427

Fax: 21-3799-4430

editora@fgv.br | pedidoseditora@fgv.br

www.fgv.br/editora

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

*Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.*

1ª edição — 2011

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS: Ronald Polito

PROJETO GRÁFICO DE CAPA E MILOLO: Santa Fé ag.

revisão: Fátima Caroni | Maíra Alves

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Mário Henrique Simonsen

História das Américas: novas perspectivas / Organizadores Cecília Azevedo, Ronald Raminelli. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.  
304 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-225-0854-9

1. América — História. 2. América — História — Estado e ensino. 3. Historiografia. I. Azevedo, Cecília. II. Raminelli, Ronald José, 1962-. III. Fundação Getúlio Vargas.

CDD — 970

Este livro é dedicado a Maria de Fátima Silva Gouvêa,  
*in memoriam*

- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Mito e história no contexto dos movimentos anticoloniais no Peru setecentista. In: BLAI, Ilana; MONTEIRO, John (Orgs.). *História & utopia*. São Paulo: Anpuh, 1996.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE, 1993. (Col. Mapfre 1492).
- \_\_\_\_\_. La desintegración de la monarquía hispánica: revolución de independencia. In: ANNINO, A.; LEIVA, L. C.; GUERRA, F-X. (Orgs.). *De los imperios a las naciones*. Iberoamerica. Zaragoza: IberCaja Obra Cultural, 1994.
- LAFAVE, Jacques. *Quetzalcóatl y Guadalupe: la formación de la conciencia nacional en México*. 2. ed. México: FCE, 1992.
- LYNCH, John. *The Spanish American revolutions, 1808-1826*. New York: Norton, 1973.
- \_\_\_\_\_. Simón Bolívar and the age of revolution. London: University of London, Institute of Latin American Studies, 1983. Working Papers n. 10.
- PALMER, R. R. *The age of democratic revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1959.
- PONS, Frank Moya. Haiti and Santo Domingo: 1790c.-1870. In: ВЕТНЕЛ, Лесли (Org.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. v. 3.
- PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. Campinas: Atual, 1985.
- ROMERO, Jose L.; ROMERO, Luis A. (Orgs.). *Pensamiento político de la emancipación, 1790-1825*. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 1977. 2 v.
- SIMPSON, Leslie B. *Many Mexicos*. 4. ed. Berkeley: University of California Press, 1966.
- VILLAR, Ernesto de la Torre. *La independencia de México*. México: FCE, 1992. (Col. Mapfre 1492).

## 4. Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas

Maria Regina Celestino de Almeida\*

OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA e formação dos novos Estados e nações latino-americanos, ocorridos ao longo do século XIX, contaram com a presença e a participação significativas de diversos povos indígenas que atuaram de diferentes formas. Essa afirmativa fundamenta-se em inúmeras pesquisas localizadas e interdisciplinares que, nas últimas décadas, têm valorizado cada vez mais esses povos como sujeitos ativos nos processos históricos nos quais se inserem. Trata-se de uma significativa revisão historiográfica, se considerarmos que, por muito tempo, eles foram praticamente ignorados por historiadores, cuja tendência era desconsiderar suas identidades e ações ao longo do Oitocentos.

De modo geral, os povos nativos da América eram vistos como vítimas das políticas assimilacionistas que visavam incorporá-los e seduzi-los com falsas promessas, mediante as quais manipulavam seus interesses para obter alianças necessárias nos inúmeros conflitos políticos que se deflagravam na América oitocentista. Assim, nos movimentos de independência apareciam, *grasso modo*, como grupos manipulados ora por agentes do reino, ora por revolucionários. Nas

\* Agradeço ao CNPq e à Faperj as bolsas de produtividade PQ e Jovem Cientista do Nosso Estado, respectivamente; e aos bolsistas Claudio M. F. de Souza Junior, Luiza Vinhosa e Mariana Abrahão o auxílio necessário à pesquisa bibliográfica fundamental para a elaboração deste capítulo.



Se as culturas indígenas são hoje entendidas como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis, o mesmo se pode dizer sobre suas identidades.<sup>4</sup> Multiplicam-se os estudos de caso sobre reconstruções culturais e identitárias dos mais variados povos indígenas em espaços e temporalidades diversos, incluindo tanto os de dentro quanto os de fora das fronteiras de sociedades coloniais e pós-coloniais. Os processos de etnificação, entendidos como mudanças culturais e identitárias impostas por situações de contato, têm sido analisados de forma articulada aos chamados processos de etnogênese, isto é, movimentos de formação de povos indígenas que, em resposta às mais variadas situações de contato e violência, reelaboram práticas e relações culturais, políticas, econômicas e sociais, construindo, para si e para os outros, novas formas de identificação (Boccard, 2001).

Esses enfoques, resultantes do diálogo cada vez mais intenso entre história e antropologia, revelam que as identidades indígenas devem ser vistas como plúrrimas e cambiantes, continuamente transformadas pelas experiências do contato. Além disso, tornam-se evidentes também as usuais e múltiplas interações entre as sociedades indígenas e as sociedades envolvidas desde o período colonial, o que contribui para desconstruir a ideia de separação rígida entre a república dos índios e a república dos espanhóis, bem como entre os chamados índios selvagens e índios civilizados.<sup>5</sup> Não faltam estudos que demonstram a fluidez das relações desses grupos e indivíduos entre alianças e confrontos entre si e com os demais agentes. Nesse vaivém, os índios circulavam entre as fronteiras espaciais e classificatórias das sociedades coloniais e pós-coloniais.<sup>6</sup>

Misturando-se, transformando-se e, *grasso modo*, assumindo as identidades indígenas genéricas que lhes foram dadas pelos colonizadores, diversos povos nativos da América chegaram ao século XIX, identificando-se e sendo identificados como índios civilizados, índios selvagens, ou ainda como mestiços. Em quaisquer dessas condições, interagiram entre si e com os demais agentes étnicos e sociais, buscando as melhores possibilidades de sobrevivência conforme as condições que se lhes apresentavam.

É fundamental, portanto, reconhecer, além da diversidade, o dinamismo das culturas e identidades dos povos indígenas da América. Inseridos ou não

<sup>4</sup> Ver Thompson (1987); Mintz (2010); Barth (2000); Hill (1996); Carneiro da Cunha (1987).

<sup>5</sup> Ver Poloni-Simard (2000); Ortelli (2007); Escobar Ohmstede (2010).

<sup>6</sup> Ver Boccard (2001); Ortelli (2007); Jong e Rodriguez (2005); Radding (2008).

nas sociedades envolvidas e, portanto, sob condições e classificações variadas, povos e indivíduos indígenas chegaram ao Oitocentos após longas e diferenciadas trajetórias de relações tensas e negociadas com os mais diversos agentes e, evidentemente, iriam regir de formas diferenciadas as políticas para eles e, conforme suas opções variavam, como destacou Florencia Mallon (2003:251), traçadas. Suas opções variavam, tendo incluído alternativas distintas, tais como a integração, a cidadania e a nacionalidade compartilhadas, ou diversas formas de autonomia negociadas. Podiam optar, ainda, pela manutenção das tradições. Não foram raras também as rebeliões, *grasso modo*, resultantes do fracasso de negociações, o que não impedia alianças posteriores. Houve grupos que, considerados traidores, tornaram-se posteriormente salvadores da pátria que, considerados políticos e intelectuais do Oitocentos, como ocorreu com os *ignichanos* no Peru (Méndez Gastelumendi, 1997). De uma forma ou de outra, agiam em função de seus próprios interesses, como é possível constatar em inúmeras pesquisas localizadas.

É sobretudo interessante observar as amplas possibilidades de combinação entre as tradições e as modernidades presentes nas diferentes estratégias desenvolvidas por esses atores; estratégias essas que, com frequência, se alternavam conforme as condições. Podiam ser índios ou mestiços, como podiam navam inseridos nas sociedades envolvidas como grupos ou indivíduos, sem necessariamente perder os vínculos com suas comunidades étnicas.<sup>7</sup> Todas essas possibilidades têm sido reveladas por estudos localizados e interdisciplinares desenvolvidos em diferentes regiões da América. Dos processos de independência à consolidação dos novos Estados e de suas políticas liberais, os índios sofreram prejuízos incalculáveis, porém atuaram politicamente em busca dos possíveis ganhos ou da amenização das perdas, como se verá a seguir.

### *Os índios e a independência dos Estados latino-americanos*

Diferentes povos indígenas participaram intensamente das guerras de independência da América espanhola, tendo atuado tanto nas tropas dos revolucionários quanto nas dos realistas. Não há como generalizar essas atuações, pois elas podiam variar bastante, inclusive entre os membros da mesma comunidade

<sup>7</sup> Ver Cadena (2005); Stolcke e Coelho (2008); Farberman e Ratto (2009).

e/ou etnia; ou entre povos habitantes da mesma região ou de áreas vizinhas. Afinal, disputas e tensões no interior das comunidades indígenas por questões de posse, poder e relações de gênero, entre outras, eram parte de seu cotidiano desde o período pré-colonial, como tem sido demonstrado por seus próprios pesquisadores.<sup>8</sup> O envolvimento dessas comunidades com sociedades mais amplas, tanto coloniais quanto pós-coloniais, acenava-lhes com novas possibilidades de rearticulações políticas e sociais, bem como de ganhos ou perdas materiais. Isso, evidentemente, tinha efeitos significativos sobre suas relações internas e externas. Deve-se convir que, em conjunturas especialmente violentas, tensões e conflitos exacerbavam-se, ampliando dissenso quanto às escolhas das facções a serem apoiadas ou rejeitadas (Ferguson e Whitehead, 1992).

Deduz-se disso a importância de levar em conta o estudo das dinâmicas internas das comunidades indígenas para entender suas opções de aliança ou inimizade com os vários grupos e indivíduos com os quais interagiam. A atual tendência da história social no sentido de focalizar os atores, suas experiências e redes de relação contribui para desconstruir a ideia de pensar os povos e as comunidades indígenas como blocos monolíticos e cristalizados em categorias marcadamente distintas. As divergências entre eles eram frequentes e dividiam-se e circulavam entre relações de alianças e inimizades entre si e com outros grupos étnicos e sociais.

As guerras indígenas e as guerras coloniais/pós-coloniais se entrelaçaram, na América, desde a chegada dos europeus, como lembrou J. Hill (1996). Porém ainda que combatessem lado a lado, sob uma mesma bandeira de luta, os vários grupos aliados (índios e não índios) não necessariamente eram movidos pelos mesmos interesses. Deve-se, pois, procurar identificar os significados distintos que tais bandeiras podiam comportar para os diferentes agentes. Contra ou a favor das forças revolucionárias, os índios lutavam motivados por seus próprios interesses, que variavam e continuamente se alteravam conforme suas trajetórias e as dinâmicas das relações estabelecidas com os demais grupos com os quais se envolviam. Além disso, podiam mudar de lado, com frequência, conforme o desenrolar dos acontecimentos. Daí a importância dos estudos localizados, como única possibilidade de identificar as motivações dos atores em suas complexas relações de aliança ou hostilidade com as partes em confronto.

<sup>8</sup> Ver Menegus Bornemann (s.d.); Stern (1986); Mallon (1995).

Nos movimentos de independência da América, de modo geral, tanto os revolucionários quanto os realistas procuraram atrair os índios para suas fileiras, acenando-lhes com vantagens — vantagens, no entanto, lidas pelos índios à sua própria maneira, como revelado por vários estudos.<sup>9</sup>

A historiografia sobre os processos de independência da América e de formação dos Estados americanos tem sido renovada com significativas contribuições de vários autores, que tendem a enfatizar as dinâmicas locais e as atuações dos povos americanos para uma compreensão mais ampla e complexa do tema.<sup>10</sup> As abordagens tendem a valorizar as culturas políticas locais e abrem espaço para pensar a participação indígena nesses processos.

De acordo com François-Xavier Guerra (2003:188-204), apesar da heterogeneidade étnica e social dos vários habitantes da América hispânica e de suas múltiplas identidades (culturais e políticas), espanhóis, crioulos, mestiços, africanos e índios chegaram ao início do século XIX compartilhando entre si sentimentos de lealdade ao rei e à religião católica. Isso lhes dava certa identidade política e cultural, o que levou o autor a afirmar a existência de uma "nacionalidade hispânica" do Antigo Regime que se desfez no momento da independência, dando origem às identidades nacionais americanas.<sup>11</sup> Em 1808, quando a Espanha foi invadida pelas tropas de Napoleão, diversos grupos sociais e étnicos na América se uniram contra o invasor comum, em defesa do rei católico (Guerra, 2003:195).

Entre eles, incluíam-se vários povos indígenas que, há séculos integrados ao império espanhol, haviam assumido, ainda que à sua própria maneira, a cultura política do Antigo Regime. Serviam ao rei, pagavam tributos e tinham garantidos seus direitos, sobretudo quanto às terras coletivas, à autonomia política nos

<sup>9</sup> Ver Mallon (1995); Ratto (2000); Méndez Gastelumendi (1993, 1997); Hill (1999).

<sup>10</sup> Ver Guerra (1993, 2003); Annino e Guerra (2003); Chiaramonte (2003). Para uma síntese sobre as principais questões dessa tendência historiográfica, ver Gouvéa (2005:74-77).

<sup>11</sup> Convém destacar que o autor apresenta uma análise bastante complexa sobre esse tema que não cabe ser aqui desenvolvida. Refere-se às múltiplas identidades coletivas (políticas e culturais) presentes nas sociedades americanas antes da independência e ao mosaico de grupos formais e informais que se articulavam e se misturavam em relações complexas com autoridades régias e também diversas e interativas. Some-se a isso a divisão legal dos habitantes nas duas repúblicas (de índios e de espanhóis) e outras distinções informais como lugar de nascimento (crioulos e peninsulares) e a mestiçagem. Não obstante, aponta a unidade político-religiosa, "fundamentada na adesão aos valores de uma monarquia concebida como uma 'monarquia católica' (Guerra, 2003:188-204).



férica, o controle de suas terras coletivas e dos recursos financeiros das comunidades. Informam também a complexidade dos confrontos e negociações entre os vários atores. As dissidências entre eles eram frequentes, como demonstra o minucioso estudo do autor. Embora a resistência às novas propostas tenha o ponderado, alguns líderes concordaram com elas, o que refirma a importância dos estudos localizados que levem em conta as especificidades dos atores e das conjunturas políticas.

Em 1814, a república dos índios foi restituída no México, bem como os tributos e os tribunais especiais. Porém, após a independência, as mudanças propostas pelas cortes espanholas no sentido de acabar com as diferenças entre índios e não índios seriam retomadas, não apenas no México, como também nos demais Estados independentes, deflagrando, no decorrer do Oitocentos, reações diversas por parte dos índios, como se verá adiante. Por ora, cabe pensar sobre o envolvimento desses últimos nas lutas de independência e em suas relações com os líderes revolucionários crioulos.

Sobre isso, é instigante observar o lugar dos índios na retórica nacionalista crioula, que tem sido objeto de reflexão de alguns autores.

Do ponto de vista cultural e político, as elites crioulas na América haviam sempre se identificado com os espanhóis e nutrido consideráveis preconceitos em relação aos índios. Não obstante, na iminência do rompimento com a metrópole, viram-se diante da necessidade de construir um discurso patriótico e identitário, por meio do qual deviam se apresentar de forma distinta e em oposição aos espanhóis. Era necessário enalhecer a América, buscando unificar as populações em torno de valores, histórias e ideais comuns.

A retórica nacionalista dos crioulos iria, então, especialmente no México e no Peru, exaltar seus passados pré-hispânicos, buscando neles as origens das identidades nacionais dos Estados em construção.<sup>18</sup> As elites revolucionárias exaltavam as virtudes e qualidades dos astecas e incas, ao mesmo tempo que depreciavam os índios coevos, considerando-os atrasados e empílicos ao progresso. Os discursos objetivavam também deslegitimar o governo dos espanhóis na América, apresentando-os como usurpadores dos governos originários dos índios. Rebeca Earle (2001) demonstrou como os crioulos mexicanos idealizaram o passado dos astecas, considerando-os seus ancestrais e justifi-

cando sua ação revolucionária e patriótica, no sentido de derrotar os espanhóis quando sua ação destruído o glorioso império e implantado três séculos de tirania, que haviam destruído o glorioso império e implantado três séculos de tirania, durante os quais "seus pais" (os astecas) foram miseravelmente oprimidos. Não obstante, os índios contemporâneos eram excluídos dessa retórica e estavam longe de possuir as virtudes de seus antepassados, sendo vistos como degradados. As lutas de independência devolviam a liberdade e a soberania ao México e os crioulos, longe de aparecer como traidores, surgiam como patriotas e agentes da libertação.

No Peru, Cecilia Méndez também ressaltou como o discurso nacionalista crioulo enaltecia o passado inca, enquanto desprezava o índio do presente. O decreto de Bolívar de 1825, extinguindo os cacicados, foi um golpe significativo para a extinção da nobreza inca; de acordo com a autora, isso reforçou o caráter crioulo ou intelectual-mestiço de toda a retórica de exaltação do império inca. A própria interpretação da revolta tupacamarista como movimento nacionalista pode ser entendida como parte dessa retórica, pois lhe retirava o caráter indígena e o considerava crioulo-mestiço (Méndez Gastelumendi, 1993).<sup>19</sup>

É instigante identificar retórica semelhante mesmo em regiões onde o passado pré-hispânico não foi tão glorioso. A imagem dos índios como donos da terra, miseravelmente oprimidos pelos invasores espanhóis, também estava nos discursos revolucionários no Rio da Prata, na Colômbia e no Chile, onde os chefes araucanos eram evocados. Por outro lado, os realistas também lançaram mão da imagem do índio com outro discurso: enfatizavam a fidelidade dos índios à Coroa, que sempre lhes garantiria direitos de súditos cristãos. Quanto aos crioulos, eram apresentados como uma elite branca, ambiciosa, privilegiada e ingrata, que perseguia apenas seus próprios interesses em prejuízo dos demais súditos do rei. Assim, revolucionários e realistas construíam seus discursos justificando suas lutas e procurando atrair os diferentes povos indígenas para suas fileiras (Earle, 2001:130-131).

Cabe perguntar como agiram estes últimos diante desses apelos. Além da diversidade de suas formas de atuação, devem-se destacar os imensos prejuízos

<sup>18</sup> Essa retórica tem suas origens no pensamento ilustrado do século XVIII, tanto no México quanto no Peru. Ver Florescano (2000).

<sup>19</sup> No Peru, a repressão à rebelião de Tupac Amaru foi sucedida por uma gradual extinção e deslegitimação da nobreza indígena. Além disso, o temor despertado pela revolta endureceu a postura dos crioulos em relação aos índios, aos quais se impuseram várias proibições. Entre elas, a de realizar qualquer tipo de manifestação que pudesse reviver a tradição inca. Assim a reprodução das tradições e simbologia incas foi assumida pelos próprios crioulos, porém de forma estilizada, neutralizando seu conteúdo político (Méndez Gastelumendi, 1993).



que sofreram com as guerras, cujos efeitos desestruturantes sobre suas organizações sociais atingiram inclusive povos não diretamente envolvidos no conflito colonial (Hill, 1999). Os índios participaram das guerras de independência de ambos os lados, e, mais uma vez, podem-se constatar a fluidez de alianças e as muitas rupturas em facções, na medida em que povos e comunidades dividiam entre o apoio à Coroa ou aos revoltosos.

A fidelidade ao rei e as aspirações por liberdade pregadas pelos revoltosos aparecem nos discursos dos líderes indígenas nas mais variadas regiões e dão margem a interpretações diversas. Cabe, no entanto, pensar sobre seus significados para os índios, como tem sido apontado pelas pesquisas interdisciplinares das últimas décadas. Seria demasiado simplista acreditar que os índios lutavam pela pura fidelidade ao rei ou em defesa dos ideais libertários propostos pelos crioulos. Numerosos estudos de caso permitem sustentar a ideia de que lutavam em defesa de seus próprios interesses, que podiam estar nas propostas de uns ou de outros.

Nas parciaisidades do México estudadas por Lira (1983:34), por exemplo, apesar das muitas contradições, predominava o interesse em guardar o "espírito da legislação das Índias". Ali, milícias se levantaram em defesa do rei contra as forças de Hidalgo. Porém, na dinâmica dos confrontos e negociações, surgiram desencontros com autoridades espanholas, principalmente com milícias que desprestavam os índios. O estado de guerra afetava a ordem e a confiança dentro das próprias repúblicas dos índios, gerando desconfianças e contradições que dividiam pessoas, inclusive da mesma família. Ex-governadores das parciaisidades apoiaram rebeldes e alguns chegaram a se eleger nas câmaras municipais do México. Percebem-se, pois, a heterogeneidade de comportamentos e o reducionismo de análises que consideram os índios, inclusive de mesma etnia e/ou comunidade, como blocos monolíticos.

Em Michoacán, por outro lado, preponderou o apoio às forças revolucionárias. Ali, como demonstrou Martha Terán (1995), as comunidades indígenas tinham sido fortemente prejudicadas pelas reformas dos Bourbonns e, sentindo-se traídas pela monarquia espanhola, não titubearam em abraçar a causa dos insurgentes. Segundo a autora, a maior expropriação dos bens territoriais e comunitários dessas comunidades ocorreu com a aplicação da Real Ordenança de Intendentes de 1786, que, entre outras medidas desfavoráveis, tirou-lhes o controle sobre as câmaras da comunidade e mandou arrendar as terras e bens não utilizados para plantações comunitárias. Em 1810, grande parte dos *pueblos* de índios dessa região se juntou aos exércitos de Hidalgo e reclamou a devolução de seus bens.

No sul do continente, os povos de fronteira também se dividiram entre o apoio ao rei ou aos revolucionários. Em estudo comparativo sobre o Pampa e o Chaco, Silvia Ratto (2009) apresenta a diversidade de atuações dos vários grupos indígenas dessas regiões, revelando a fluidez de suas alianças realizadas sempre em função de seus próprios interesses, que se alteravam conforme o desenrolar dos acontecimentos. Se os grupos da Araucânia, que desde as reformas borbônicas já consolidavam posições de poder graças às alianças estabelecidas com poderes coloniais, formaram ao lado dos realistas para manter seus privilégios, outros viram no apoio dos rebeldes novas possibilidades de ganhos comerciais e bélicos.

As possíveis vantagens em formar de um lado ou de outro da disputa ganhavam, pois, significados para os índios conforme interesses específicos vinculados às suas trajetórias. Isso evidencia a importância do conhecimento dos processos históricos nos quais os diferentes povos se inseriam para uma compreensão mais ampla de seus comportamentos, às vezes aparentemente contraditórios. A lealdade ao rei, por exemplo, deve ser vista, conforme atores e contextos, pois podia ter múltiplos significados. Líderes revolucionários também dela lançaram mão, talvez por reconhecer sua força atrativa para os índios, como afirma Florescano (1994:501). Sobre isso é particularmente ilustrativo o grito de guerra de Miguel Hidalgo em Dolores: "Viva Fernando VII, viva a religião, viva a virgem de Guadalupe e morram os guachupinos!"

Muitos outros estudos de caso poderiam ser citados evidenciando a diversidade de atuações dos índios frente à explosão das guerras de independência na América. Os poucos exemplos aqui incluídos, no entanto, demonstram que os índios tinham seus próprios entendimentos e aspirações em relação aos movimentos sociais nos quais se envolviam. Aspirações e entendimentos esses construídos em longas trajetórias de alianças e conflitos fortemente marcadas por muitas e variadas formas de violência: altíssimos níveis de mortalidade, deslocamentos forçados, expropriações de direitos e terras, desestruturas sociais, preconceitos, discriminações etc. As guerras de independência constituíram mais um capítulo dessa extrema violência que teria continuidade com o estabelecimento das novas repúblicas. Diante disso, no entanto, os povos indígenas não se anularam como agentes sociais, tampouco desapareceram, como costumava ser sugerido pela historiografia.

Embora não se possam generalizar as características de formação dos novos Estados e nações americanos, cabe reconhecer que, *grasso modo*, as elites crioulas perseguiram ideais pautados nos moldes europeus, visando constituir nações modernas e civilizadas. A valorização dos indivíduos que deviam lealdade ao Estado e à nação, em detrimento das corporações e grupos, cujas lealdades eram prestadas ao rei, tendência em curso desde a ilustração, iria se acentuar na cultura política dos novos Estados americanos. Cabia, então, homogeneizar os mais diversos grupos étnicos e sociais como povos dos novos Estados, na condição de cidadãos. Para isso, "foi considerado necessário abolir o sistema de castas e acabar com o tratamento diferencial conforme a condição étnica" (Reina e Velasco, 1997:15).

Difícil tarefa, deve-se convir, se considerarmos fatores específicos da América, como a ausência de movimentos nacionalistas precedentes às guerras de independência e à formação dos Estados, a falta de integração entre as várias regiões coloniais e a imensa heterogeneidade étnica dos povos (Annino e Guerra, 2003; Guerra e Quijada, 1994). Políticos e intelectuais dos novos Estados entendiam a nação como unidade integrada em torno de território, língua, cultura, identidade e história comuns, e para atingir esse ideal iriam esforçar-se em suprimir as comunidades e a condição legal específica dos povos indígenas. Em vários países do continente, procurava-se homogeneizar as populações por meio de leis que afirmavam a condição de igualdade de todos os habitantes, ao mesmo tempo que sancionavam desigualdades econômico-sociais.

Cabe aqui atentar, como ressaltou Guerra (2003), para a distância entre nação entendida como unidade política soberana (associação de indivíduos cidadãos) e nação vista como identidade coletiva com um imaginário comum compartilhado por todos os seus habitantes. No caso da América, a construção do nacionalismo se fez basicamente em torno da identidade política.<sup>20</sup> Segundo Benedict Anderson (2008), as elites crioulas foram pioneiras na formulação do nacionalismo moderno, no qual se atribui relação inequívoca entre o Estado-nação e o vínculo da cidadania que unificou todos os nascidos no território nacional. Mónica Quijada (2000) igualmente ressaltou a importância do território como fator essencial na construção do nacionalismo americano, dada a ausência de outros elementos que funcionassem como

elos de unificação. A ideia de Estado moderno e de concessão de direitos aos cidadãos conduzia à necessidade de formar um povo que faria políticos a nação. A proposta de homogeneização, portanto, associava-se parte dessa nação e de patriotismo. A inclusão dos índios nessa proposta implicava a necessidade de transformá-los em seres civilizados, o que se faria, principalmente, pela educação.

Cabe lembrar, mais uma vez, as imensas dificuldades de adoção de políticas nesse sentido, considerando a enorme diversidade dos povos indígenas presentes nos vários Estados e seus diferentes níveis de inserção em suas respectivas sociedades, sem falar nos diversos processos históricos por eles vivenciados até o século XIX. As propostas nacionalistas e homogeneizadoras das elites crioulas em relação aos índios desenvolveram-se, pois, com práticas diversas, conforme as especificidades dos Estados, as conjunturas políticas e os povos com os quais se lidava. Esses últimos, por sua vez, responderam também de formas muito variadas. Não obstante, se a intenção era acabar com as identidades indígenas, isso de fato não ocorreu.

De acordo com Mónica Quijada (2000:8), os processos de homogeneização devem ser vistos como processos que procuravam "eliminar ou ignorar as diferenças culturais, étnicas, fenotípicas etc. de um grupo humano, de tal forma que o mesmo seja percebido ou se autoperceba como partícipe de uma unidade etnocultural e referencial". Assim, o resultado dessa homogeneização deve ser entendido não em termos de realidade, mas de construção ideológica que se dá no nível do imaginário. É fundamental entender a nação como "comunidade imaginada", conforme destacou Benedict Anderson (2008). Isso significa que o processo de homogeneização dos povos indígenas não implicou necessariamente o extermínio físico de populações nativas do continente, tampouco a eliminação dos sentimentos de comunhão étnica que unificava muitos deles. Foi, na verdade, um processo de invisibilização de suas identidades indígenas, com o propósito de eliminar qualquer forma de diversidade que não se traduzisse em termos sociais (Quijada, 2000). Esse processo de invisibilização pode ser verificado tanto entre povos recém-conquistados, como no Sul da Argentina, quanto entre aqueles que já viviam, havia séculos, integrados às sociedades coloniais, como no caso das parcialidades de Tenochtitlán e Santiago, vizinhas à Cidade do México. Várias identidades apagadas no Oitocentos ressurgiriam em conjunturas favoráveis, como demonstram os estudos de Quijada (2000) e Lira (1983), no Sul da Argentina e na Cidade do México.

<sup>20</sup> Ver Guerra (2003); Quijada (2000); Mallon (1995).

Pode-se, portanto, afirmar que a política assimilacionista dos novos Estados, cujo objetivo era homogeneizar os povos e acabar com as identidades indígenas, foi vitoriosa apenas no nível do discurso.<sup>21</sup> Na literatura e na história suas versões predominaram não só no Oitocentos, mas em boa parte do século XX. Porém, os movimentos de etnogênese que proliferam em nossos dias nas mais diversas regiões da América, evidenciam que vários povos considerados extintos, de fato, não desapareceram. Ressurgem hoje, em conjunturas políticas e intelectuais favoráveis, em grande parte construídas pelos movimentos sociais indígenas que reafirmam identidades étnicas em busca de direitos coletivos. Em vários países do continente esses direitos são, hoje, garantidos por suas próprias Constituições que, desde as últimas décadas do século XX, vêm reconhecendo a pluralidade étnica e cultural de seus Estados.<sup>22</sup>

Na academia, historiadores e antropólogos historicizam conceitos, complexificam relações interétnicas, problematizam classificações étnicas e evidenciam que muitos povos vistos, no século XIX, como mestiços ou camponeses eram na verdade grupos indígenas que mantinham formas de vida e luta comunitárias. Sem contar que muitos podiam assumir a dupla categoria de índios mestiços (Cadena, 2005). Pesquisas sobre movimentos populares e rebeldes rurais camponesas no Oitocentos, em várias regiões da América, têm revelado suas origens indígenas, demonstrando que suas lutas relacionavam-se à perda de terras resultantes das leis do Oitocentos e da pressão do mundo mercantil sobre seus recursos. De acordo com Leticia Reina e Cuauhtémoc Velasco (1997), no fim do século XIX as comunidades indígenas eram em boa medida mestiças, mas sua etnicidade dinâmica e fundamentalmente política levou-as a formular reivindicações de tipo cultural. Em muitas regiões, mobilizações étnicas foram retomadas e as identidades reelaboradas ou mesmo inventadas, como parte de um processo consciente de luta política. Dessa maneira, comunidades voltaram a levantar bandeiras étnicas como elemento aglutinador e em oposição à dominação cultural, política e econômica, processo chamado pelos autores de reindianização do continente (Reina e Velasco, 1997:16).

Longe de terem desaparecido, portanto, os diferentes povos indígenas da América estiveram muito presentes nos acirrados conflitos que caracterizaram

<sup>21</sup> Ver Quijada (2000); Mallon (1995); Almeida (2009).  
<sup>22</sup> Nicaragua (1987); Brasil (1988); Colômbia (1991); México (1992, 2001); Paraguai (1992); Peru (1993); Honduras (1994); Argentina (1994); Bolívia (1994, 2004); Equador (1998); Venezuela (1999). Ver Girault (2007).

a construção dos Estados nacionais independentes. O liberalismo vitorioso em vários países da América, desde a segunda metade do século, com suas propostas igualitárias e homogeneizadoras, contribuiu, sem dúvida, para invisibilizar as identidades indígenas, mas não as extinguiu.

### *Os índios e o liberalismo*

Os projetos políticos dos novos Estados, tanto liberais quanto conservadores, se constituíram mediante embates entre diferentes atores, cujos interesses eram diversos e se alteravam conforme a dinâmica dos acontecimentos. Essa afirmação é válida tanto para as elites políticas dominantes quanto para as camadas subalternas, incluindo os diferentes povos e comunidades indígenas da América. A falta de consenso no interior das facções políticas em disputa e dos próprios povos e comunidades indígenas, que a elas se aliavam ou se opunham, vem sendo revelada por pesquisas recentes, cuja tendência é a de focalizar os atores sociais, suas experiências e redes de relação em regiões e contextos específicos. Além de estreitar seu foco de análise, os pesquisadores têm enfatizado a importância de compreender os diferentes significados das várias propostas políticas para os agentes envolvidos — significados que evidentemente influenciavam suas formas de aceitação e/ou rejeição das mesmas. Esse novo olhar sobre as construções dos projetos políticos desse período abre espaço para incorporar as ações dos grupos subordinados e, em especial, dos povos e comunidades indígenas na construção dos novos Estados e nações americanos. Sobre isso, cabe destacar a pesquisa de Florencia Mallon (1995) em regiões localizadas no México e no Peru, cujos resultados reforçam a ideia de que a construção do nacionalismo americano não se fez sem a participação intensa dos grupos subalternos. Nas complexas relações de aliança e conflitos desenvolvidos com os mais variados grupos étnicos e sociais, as populações indígenas rurais construíram, como afirma a autora, suas próprias formas de compreensão sobre as propostas políticas que lhes eram apresentadas. Participaram de guerras e disputas político-partidárias ao longo do Oitocentos para fazer valer as formas de nacionalismo e liberalismo alternativos construídas por elas, num longo processo de lutas e acordos com os mais diferentes agentes. Seus estudos sobre Sierra de Puebla (México central) demonstram leituras e comportamentos diferenciados de povos de regiões vizinhas em relação às

propostas liberais (Mallon, 1995:257). Vale destacar comportamentos diferenciados também dos próprios líderes liberais que se relacionavam localmente com essas populações. Enquanto na região oeste eles depreciavam os índios e agiam de forma autoritária, ancorados na ideia de que os brancos levariam a civilização a índios ignorantes, na área vizinha, a leste da serra, o liberalismo por uma série de fatores, que incluíam disputas de poder entre facções, contava-se de baixo para cima, de forma negociada, com respeito aos interesses das comunidades, cujo apoio lhes era essencial. Não é de estranhar, portanto, as diferenças de comportamento dos índios dessas regiões quanto à adesão aos ideais liberais e ao envolvimento em suas disputas. Enquanto nas primeiras as comunidades indígenas apoiaram os liberais de forma oscilante, nas últimas o apoio foi firme e decidido, sobretudo por ocasião das guerras contra a intervenção francesa no México, entre 1862 e 1864. Sob a bandeira do liberalismo, os índios perseguiram com firmeza seus próprios ideais, como revelam suas reivindicações posteriores, entre as quais a construção e a manutenção de escolas primárias e a adjudicação das terras comunais sob determinadas condições. A própria Lei Lerdo fora ali negociada, como se verá.

Em décadas de intensos conflitos, essas comunidades construíram um projeto alternativo de liberalismo e nacionalismo, ao qual não iriam renunciar facilmente, como destacou Mallon. Vencida a ameaça estrangeira, quando autoridades procuraram consolidar a nova política liberal desconsiderando seus interesses, em vez do apoio costumeiro, depararam com forte e decidida oposição. Situações semelhantes foram identificadas pela autora em comunidades de Morelos (México) e Junin (Peru). Igualmente envolvidas nas lutas e disputas partidárias do período em suas respectivas regiões, com especificidades, alianças e interesses próprios e distintos, essas comunidades têm em comum com as primeiras o fato de terem igualmente construído seus próprios entendimentos sobre cidadania e liberdade, e resistido firmemente aos projetos nacionais posteriores que não contemplavam suas aspirações (Mallon, 1995:137-275). Com esses estudos de caso, cuja complexidade não pode ser aqui apresentada, Mallon demonstra como os camponeses indígenas no México e no Peru aceitaram o desafio do discurso nacional democrático, tentando estabelecer sua própria versão de uma prática mais igualitária. Lutavam por cidadania e liberdade, seguindo o discurso das elites, porém com a intenção de tornar reais as promessas universais de democracia e de nacionalismo. Com isso, reforça uma ideia essencial que tem presidido muitas pesquisas atuais: as lutas se faziam

por poder, mas também por significados. Além disso, ao se engajarem nelas, os subalternos estavam ajudando a definir os contornos do que era possível nas

formações dos Estados-nações (Mallon, 1995:9).  
Diversas pesquisas têm caminhado na mesma direção, evidenciando que leis e propostas políticas avançavam e recuavam conforme o jogo de forças entre os atores e as conjunturas mais ou menos favoráveis que influenciavam possibilidades de negociação, repressão ou rebeldia. Entre os vários desafios que as reformas liberais impunham às comunidades indígenas, a defesa de suas terras coletivas teve, sem dúvida, papel central nas infindáveis lutas, negociações e disputas políticas nas quais elas se envolveram, ao longo do século XIX. No caso do México, os impactos da Lei Lerdo sobre as comunidades e suas respectivas reações a ela têm merecido especial atenção dos pesquisadores.

Essa lei, promulgada em 1856, estabelecia a obrigatoriedade da repartição das terras indígenas de forma individualizada, tendo despertado, de modo geral, muita oposição. Pesquisas recentes e localizadas apontam para a ampla diversidade de estratégias desenvolvidas pelos índios tanto para enfrentar a quanto para adequar-se a ela. Essas estratégias iam desde a aceitação até as rebeliões, incluindo diferentes formas de adaptação das propostas da lei aos interesses das comunidades.

Neste sentido, cabe retomar Mallon para considerar as adequações feitas também pelos agentes da lei, diante da necessidade de negociar com os subalternos e obter sua adesão. Depois de estabelecida a lei em junho de 1856, o próprio Miguel Lerdo de Tejada emitiu uma série de decretos esclarecedores sobre sua aplicação às pequenas propriedades comunais ou municipais. Esses decretos podem ser vistos como uma interpretação alternativa para aplicar a lei liberal ao campesinato mais pobre e de comunidades, com o objetivo de evitar que fossem prejudicados, pois, como Lerdo explicava, a intenção da lei era favorecer as classes mais necessitadas.

Ao analisar as interpretações da lei feitas pelos dirigentes de forma articulada às reivindicações dos povos de Puebla, que conseguiram estendê-las ainda mais a seu favor, Mallon mostra as acomodações ali efetuadas, de forma que antigos direitos foram mantidos e as disputas por terra se faziam, ali, em torno das diferentes interpretações da lei. A questão é bastante complexa, pois envolvia confrontos entre facções liberais que, como visto, acabaram beneficiando os povos das comunidades, cujos interesses eram ouvidos e respeitados por políticos interessados em tê-los como aliados. O liberalismo comunitário,

ali negociado, garantiu às comunidades indígenas a manutenção dos direitos sobre suas terras comunitárias, o que constituiu mais um fator para seu desenvolvimento. Da mesma forma, Andrés Lira, ao analisar o enfrentamento das parcelas de Tenochtitlán e Santiago de Tlatelolco com a Cidade do México, ao longo do século XIX, também demonstrou como a legislação foi influenciada pelas resistências dos índios. Os documentos referentes aos litígios informados sobre as imensas dificuldades do cumprimento da legislação diante das características das comunidades indígenas. As disputas ali eram igualmente complexas e caracterizavam-se por estratégias múltiplas que dividiam os índios no apoio a conservadores e liberais. Esses últimos, por sua vez, adaptavam seus discursos e adequavam propostas e legislações buscando obter alianças necessárias e comunidades acabariam extintas, porém, nos anos 1880, cerca de 60 anos depois das primeiras investidas contra elas. Sobreviveram, portanto, com avanços e recuos, até bastante avançado o século XIX (Lira, 1983:356-358). Ainda assim, resurgiriam na primeira década do século seguinte, após a Revolução de 1910, em conjuntura política mais favorável (Lira, 1983:315).

A construção dos projetos políticos de liberais e conservadores e o estabelecimento de leis e suas aplicações avançavam e recuavam, portanto, conforme as conjunturas políticas e as disputas entre os atores, nos quais se incluem os subalternos. Daí a importância, como diz Mallon (1995), de pensar as culturas políticas hegemônicas e contra-hegemônicas para compreender o complexo processo de construção dos Estados e nações americanos.

Assim, sem negar os imensos prejuízos que as reformas liberais causaram às comunidades indígenas, sobretudo quanto à expropriação de suas terras comunais, é mister reconhecer, com base em inúmeros estudos de caso, as muitas possibilidades de negociação contidas nas leis. Essas possibilidades foram habilmente utilizadas pelos índios, com base nos mais diversos expedientes. As diferentes formas encontradas pelos índios para lidar com suas terras comunais em resposta à Lei Lerdo incluem, segundo Escobar Ohmstedt (2007:28), quase tantas variantes quantas são as etnias existentes no México. Conforme lembra o autor, se, na maioria dos casos, os índios rejeitaram a repartição individual de suas terras, em outros, eles a solicitaram, como ocorreu no Estado do México, em 1861. Alguns "realizaram vendas fictícias entre os povoadores; alguns conservaram, de forma comunal, grande parte de suas terras até depois de 1870 ou 1875; e outros se constituíram como socie-

dades agrárias ou *condueños* [formas de posse da terra entre o comunal e o privado]" (Escobar Ohmstedt, 2007:28).

Divergências de interesses e atitudes entre líderes indígenas quanto às propostas liberais foram também identificadas por Lira nas comunidades por ele estudadas. Ainda que tenha prevalecido o interesse em manter os antigos direitos comunitários em oposição às mudanças, alguns líderes se interessaram pelo estamento de cidadãos, pela participação nas câmaras municipais e pelo exercício de realizar transações particulares com suas terras, despertando, por vezes, disputas internas. Esses líderes justificavam suas opções, assumindo o discurso liberal em defesa da igualdade e liberdade dos índios, que, como os demais cidadãos, deviam ser livres para negociar seus bens, sem quaisquer restrições.

É instigante constatar também estratégias que combinavam tradições e modernidades, tanto para a defesa das terras quanto para outros direitos. Edgar Mendoza García (2007), estudando o impacto da legislação nos municípios dos distritos políticos de Teposcolula e Coixtlahuaca, na segunda metade do século XIX, ressaltou como os índios foram capazes de combinar suas tradições comunitárias com as novas leis municipais, de forma a manter as terras comunais e a administração de alguns bens comunitários. Em 1829, representantes indígenas reivindicavam, no México, a manutenção de um colégio especial para os índios, argumentando que deviam gozar dos direitos de igualdade com os demais americanos porque a independência acabara com a tirania espanhola, porém os privilégios do regime anterior deviam ser mantidos (Lira, 1983:83-84). Leticia Reina (2007:143), ao estudar os zapotecas, revelou suas formas de adaptação ao novo contexto liberal, destacando sua habilidade em indigenizar as instituições nacionais.

Do ponto de vista historiográfico, como lembrou Reina (2009:1512), cada vez há mais elementos para afirmar que os povos indígenas procuravam, na maioria das vezes, resolver suas disputas por meio dos trâmites legais, pois conheciam bem as leis, seus direitos e deveres, bem como a burocracia administrativa entre suas câmaras municipais e o Estado. As rebeliões armadas, *grasso modo*, explodiam em situações extremas, após fracassadas as tentativas de acordos políticos e legais. Não obstante, elas ocorreram, com frequência, em diferentes regiões da América oitocentista, desafiando poderes constituídos e facções políticas em confronto. O temor por elas despertado incentivava, muitas vezes, as negociações, mesmo em áreas mais distantes do confronto, influenciando a própria política indigenista, pois os políticos, assustados, consideravam a importância dos acordos para evitar conflitos maiores (Méndez Gastelumendi, 1997).

O interesse dos índios em defender seus direitos com base nas instituições herais assumindo a condição de cidadãos, ocupando cargos nas câmaras municipais e participando de eleições tem sido bastante evidenciado em muitos municípios recentes.<sup>23</sup> Além de demonstrar que sua inserção nas novas práticas políticas não necessariamente dissolvia suas identidades comunitárias, esses estudos procuraram identificar as próprias compreensões dos índios a respeito da cidadania e a justiça propostas pelos liberais. A igualdade liberal e as práticas representativas foram, sem dúvida, incorporadas pelos índios a seu próprio modo.

Como afirma Quijada (2000), desde a Constituição de Cádiz, muitas comunidades das repúblicas dos índios formaram câmaras municipais, tornaram-se municípios e tiveram seus índios ocupando cargos locais. Marra Irurozqui e Victor Peralta analisaram os limites e as possibilidades de inclusão dos índios na categoria de cidadãos na Bolívia, procurando identificar suas próprias formas de entendimento sobre isso. Suas demandas políticas nacionais se articulavam em torno do tema da terra e, segundo os autores, eles perceberam, desde cedo, que na condição de cidadãos teriam maiores possibilidades de conservar suas propriedades comunitárias. Daí terem solicitado ao Estado o reconhecimento do tributo como meio de comprovar sua lealdade à República e a criação de escolas para adquirirem a categoria de letrados, exigida pelo regime eleitoral censitário vigente (Peralta Ruiz e Irurozqui Victoriano, 2000:207).

Sobre o pagamento do tributo, cabe uma pequena reflexão. Obrigação dos índios inscritos no mundo colonial desde o século XVI, ele era visto por muitas comunidades indígenas como a contrapartida de seus direitos na condição de súditos do rei e posteriormente como cidadãos do império. Por essa razão, alguns grupos, tanto no México quanto no Peru, posicionaram-se contra sua extinção, chegando a reivindicar a continuidade do pagamento. Nos Andes Centrais, por exemplo, durante todo o século XIX os índios insistiam no pagamento do tributo e nos serviços pessoais ao Estado como garantia do estatuto corporativo do Antigo Regime e da vigência do acordo com a Coroa (López, 2006:226). Isso, no entanto, não foi regra geral, pois, não muito longe dali, outros se insurgiram contra o pagamento dos tributos, como os iquichanos no Peru, estudados por Méndez Gastelumendi (1997).

<sup>23</sup> Ver Falcon (2007:124); Escobar Ohmstede (1996, 1998, 2007); Guerra e Quijada (1994); Quijada (1999, 2000, 2002); Sabato (1999); Irurozqui Victoriano (1999, 2005); Peralta Ruiz (1996, 2002).

Tributos à parte, convém considerar outros elementos que, introduzidos pelo novo sistema, foram bastante valorizados pelos índios como instrumentos de reivindicação política. Cabe destacar a educação escolarizada reconhecida por eles como fundamental para o exercício da cidadania e para a defesa de seus interesses (Traffano, 2007). Não foram poucas as comunidades que exigiram dos governos estatais apoio para construir escolas, tais como os exemplares em Sierra Puebla (México) e na Bolívia. O papel político da educação indígena é mais um tema relevante para a compreensão da relação dos índios com os Estados nacionais do Oitocentos que, no entanto, não poderá ser aqui desenvolvido.<sup>24</sup>

### Considerações finais

As histórias dos índios da América misturaram-se com a dos colonizadores desde o século XVI, como lembrou J. Hill (1996) e, portanto, não podem ser entendidas de forma separada e muito menos excludente. Trabalhando nessa perspectiva, os vários estudos aqui apresentados revelaram que a história da formação dos Estados nacionais americanos excluiu os índios apenas nos discursos políticos e intelectuais de suas elites.

Sua intensa e variada participação no processo de construção dos Estados-nações deu-se pelas mais variadas estratégias, que iam desde as acomodações até as rebeliões armadas. Assim, combinações entre princípios aparentemente inconciliáveis, acordos, rupturas, rearticulações políticas internas e externas, construções de redes de alianças verticais e horizontais, inserção nas câmaras municipais, participação em eleições, rebeliões, guerras e revoltas constituíram algumas entre muitas outras ações desenvolvidas por povos e comunidades indígenas ao longo do Oitocentos, em resposta às políticas para eles traçadas. As populações indígenas, ao longo do século XIX, sofreram violências de todo tipo, passaram por grandes transformações e foram imensamente prejudicadas. Porém, conforme demonstram as pesquisas, souberam enfrentar as dificuldades, sobrevivendo, adaptando-se, negociando e, inclusive, apropriando-se das instituições estabelecidas pelos novos Estados para utilizá-las

<sup>24</sup> Ressalte-se a excelente pesquisa de Dorothy Tanck de Estrada (2000), cujo livro *Pueblos de índios y educación en el México colonial, 1750-1821* constitui contribuição essencial para o tema.

a seu favor. Este capítulo limitou-se a apresentar apenas algumas das muitas pesquisas que, nessa linha de interpretação, já não nos permitem ignorar a presença e atuação indígena nos processos de construção dos Estados Nacionais americanos.

## Referências

- ALMEIDA, M. Regina Celestino de. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: SOHNET, Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 207-230.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].
- ANINNO, Antonio. Soberanias em lúcha. In: \_\_\_\_\_; GUERRA, François-Xavier (Coords.). *Inventando la nación iberoamericana*. Siglo XIX. México: FCE, 2003. p. 152-184.
- \_\_\_\_\_. *Inventando la nación iberoamericana*. Siglo XIX. México: FCE, 2003.
- BARTH, Frederick. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: \_\_\_\_\_ . *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Org. Tomke Lask. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2000. p. 25-67.
- BERBEL, Mária Regina. Cortes de Cádiz: entre a unidade da nação espanhola e as independências americanas. In: PAMPLONA, Marco A.; MADER, Maria Elisa (Orgs.). *Revolução e nacionalismos nas Américas*. Nova Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. p. 17-47.
- BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización. *Mundo Nuevo Nuevos Mundos*, revista eletrônica, Paris, 2001. Disponível em: [www.chess.fr/cerna.Revuedebates.htm](http://www.chess.fr/cerna.Revuedebates.htm).
- BORAH, Woodrow. *El Juzgado General de Indios en Nueva España*. México: FCE, 1996 [1983].
- CADENA, Marisol de la. Are mestizos hybrids? The conceptual politics of Andean identities. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, n. 37, p. 259-284, 2005.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO CUTIÉRREZ, Felipe. *Revolução y rebellón en una sociedad colonial: los movimientos populares de 1767 en Nueva España*. Tesis (doctorado) — Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.
- CHURRAMONTE, José Carlos. Ciudadanía, soberanía y representación en la génesis del Estado argentino (c. 1810-1852). In: SAVARO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: El Colegio de México/Fideicomiso Historia de las Américas, FCE, 1999 [1997].
- \_\_\_\_\_. Modificaciones del pacto imperial. In: ANINNO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Coords.). *Inventando la nación Iberoamérica*. Siglo XIX. México: FCE, 2003. p. 85-113.
- EARLE, Rebecca. Creole patriotism and the myth of the 'Loyal Indian'. *Past and Present*, Oxford, n. 172, p. 125-145, 2001.
- ESCOBAR OHMSTEDT, Antonio. Del gobierno indígena al ayuntamiento constitucional en las huastecas hidalguense y veracruzana, 1750-1853. *Mexican Studies-Estudios Mexicanos*, Irvine, v. 12, n. 1, p. 1-26, 1996.
- \_\_\_\_\_. *De la Costa a la Sierra: las huastecas, 1750-1900*. México: Ciesas, 1998.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Los pueblos indios en los tiempos de Benito Juárez (1847-1872)*. México: Universidad Autónoma "Benito Juárez" de Oaxaca, Universidad Autónoma Metropolitana, 2007.
- \_\_\_\_\_. ¿Qué tipo de naciones percibimos en la América Latina del siglo XIX? *Sociología e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 39-53, jan./jun. 2010.
- FALCON, Romana. Indígenas y justicia durante la era juarista. El costo social de la "contribución de sangre" en el Estado de México. In: ESCOBAR OHMSTEDT, Antonio (Coord.). *Los pueblos indios en los tiempos de Benito Juárez (1847-1872)*. México: Universidad Autónoma "Benito Juárez" de Oaxaca, Universidad Autónoma Metropolitana, 2007. p. 123-150.
- FARBEMAN, Judith; KATTO, Silvia (Coords.). *Historias mestizas en el Tucumán colonial y las pampas (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- FERGUSON, R. Brian; WHITEHEAD, Neil L. *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 1992.
- FLORESCANO, Enrique. *Memoria mexicana*. México: FCE, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Etnia, Estado y nación: ensayo sobre las identidades colectivas de México*. México: Taurus, 2000 [1996].
- GIBSON, Charles. As sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In: VETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1999 [1984]. v. 2, p. 268-309.
- \_\_\_\_\_. *Los aztecas bajo el dominio español — 1519-1810*. México: Siglo XXI, 2007 [1964].
- GIRAUO, Laura. Entre rupturas y retornos: la nueva cuestión indígena en América Latina. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Ciudadanía y derechos indígenas en América Latina: poblaciones, estados y orden internacional*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007. (Cuadernos y Debates, n. 179).

- GOUËA, Maria de Fátima Silva, ELIZABETH GONCALVES HASTURUGALCOOS e cultura política na formação da América Ibérica. In: SONEET, Rachel; VISALINO, Maria Fernanda Baptista GOUËA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 67-84. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE, 1993.
- . Introducción. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Coords.). *Imaginando la nación Iberoamericana*. Siglo XIX. México: FCE, 2003. p. 7-11.
- ; QUIJADA, Mónica (Coords.). *Imaginar la nación*. Münster, Hamburgo: Lit Verlag, 1994. (Cuadernos de Historia Latinoamericana, Ahlita, n. 2).
- HILL, Jonathan. Constedted pasts and the practice of anthropology: overview. *American Anthropologist*, Washington, v. 94, n. 4, p. 809-815, 1992.
- (Org.). *History, power and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.
- . Indigenous people and the rise of independent nation-states in Lowland South American. In: — (Org.). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. v. III: South America, p. 704-764.
- IRUROZQUI VICTORIANO, Marta. Ebrios, vagos y analfabetos: el sufragio restringido en Bolivia, 1826-1932. *Revista de Indias*, Madrid, v. LVI, n. 208, p. 697-742, 1996.
- . Las paradojas de la tributación. Ciudadanía y política estatal indígena en Bolivia, 1825-1900. *Revista de Indias*, Madrid, v. LIX, n. 217, p. 705-740, 1999.
- (Ed.). *La mirada esquiva: reflexiones históricas sobre la interacción del Estado y la ciudadanía en los Andes (Bolivia, Ecuador y Perú)*, Siglo XIX. Madrid: CSIC, 2005.
- JONG, Ingrid de; RODRIGUEZ, Lorena. Introducción. In: — (Orgs.). *Dossier mestizaje, etnógenesis y frontera. Memoria Americana*, Buenos Aires, n. 13, p. 7-29, 2005.
- LIRA, Andrés. *Comunidades indígenas frente a la ciudad de México*. Tenochtitlán y Tlatolco, sus pueblos y barrios, 1812-1919. México: El Colegio de México; Zamora: El Colegio de Michoacán, 1983.
- LÓPEZ, Cristina. Tierras comunales, tierras fiscales: el tránsito del orden colonial a la revolución. *Revista Andina*, Cuzco, n. 43, p. 215-237, 2. sem. 2006.
- MALLON, Florencia E. *Peasant and nation: the making of postcolonial Mexico and Peru*. California: University of California Press, 1995.
- . Las sociedades indígenas frente al nuevo orden. In: VÁZQUEZ, Josefina Z.; GARILVA, Manuel Miño (Dir.). *Historia general de América Latina*. Paris: Unesco; Madrid: Trotta, 2003. v. VI, p. 250-271.

- MÉNDEZ CASTELUMENDI, Cecilia. *Incas si, indios no: apuntes para el estudio del nacionalismo criollo en Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos (IEP), 1993. p. 7-36. (Documento de Trabajo, 56. Serie Historia, 9).
- . Pactos sin tributo: caudillos y campesinos en el Perú postindependiente — el caso de Ayacucho. In: REINA, Leticia (Coord.). *La reindependización de América, siglo XIX*. México: Siglo XXI, 1997. p. 161-185.
- MENDOZA GARCÍA, J. Edgar. Organización y funcionamiento del gobierno local: los municipios de los distritos políticos de Teposcolula y Coixtlahuaca, 1857-1900. In: ESCOBAR OHMSTEDT, Antonio (Coord.). *Los pueblos indios en los tiempos de Benito Juárez (1847-1872)*. México: Universidad Autónoma "Benito Juárez" de Oaxaca, Universidad Autónoma Metropolitana, 2007.
- MENEZES BORNEMANN, Margarita. *Del señorío a la república de indios: el caso de Toluca — 1500-1600*. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, s.d.
- MINTEZ, Sidney. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 223-237, 2010 [1982].
- MONTIERO, John. *Tupis, tupuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (livre-doutorado) — Unicamp, Campinas, 2001.
- NACUZZI, Lidia R. (Comp.). *Funcionarios, diplomáticos, guerreros: miradas hacia el otro en las fronteras de Pampa y Patagonia (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002.
- ORTELLI, Sara. *Trama de una guerra conveniente: Nueva Vizcaya y la sombra de los apaches (1748-1790)*. México: El Colegio de México, 2007.
- PERALTA RUIZ, Víctor. Elecciones, constitucionalismo y revolución en el Cusco, 1809-1815. *Revista de Indias*, Madrid, v. LVI, n. 206, p. 99-131, 1996.
- . *En defensa de la autoridad: política y cultura bajo el gobierno del virrey Abascal — Perú, 1806-1816*. Madrid: CSIC, 2002.
- ; IRUROZQUI VICTORIANO, Marta. Ciudadanía y política estatal indígena. In: —. *Por la concordia, la fusión y el unitarismo: Estado y caudillismo en Bolivia, 1825-1880*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.
- POLONI-SIMARD, Jacques. Redes y mestizaje: propuestas para el análisis de la sociedad colonial. In: BOCCARA, Guillaume; GALINDO, S. (Comps.). *Lógica mestiza en América*. Temuco: Universidad de la Frontera, 2000. p. 113-137.
- QUIJADA, Mónica. La ciudadanía del "indio bárbaro", políticas oficiales y oficiosas hacia la población indígena de la Pampa y la Patagonia, 1870-1920. *Revista de Indias*, Madrid, v. LIX, n. 217, p. 675-704, 1999.



- . Introducción y El paradigma de la homogeneidad. In: QUIJADA, Mónica, BERNARDI, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. *Homogeneidad y nación con un estudio de caso*. Argentina, siglos XIX y XX. Madrid: CSIC, 2000. p. 7-57.
- . ¿Barbaro, aliado o ciudadano potencial? El discurso de las elites intelectuales y su incidencia en los modelos oficiales de tratamiento de la diversidad (el Río de la Plata, siglos XVIII y XIX). In: QUIJADA, Mónica; BUSTAMANTE, Jesús (Eds.). *Élites intelectuales y modelos colectivos: mundo ibérico (siglos XVI-XIX)*. Madrid: CSIC, 2002. p. 251-270.
- RADDING, Cynthia. *Paisajes de poder e identidad: fronteras imperiales en el desierto de Sonora y bosques de la Amazonia*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, El Colegio de Sonora; Acazapotzalco: Universidad Autónoma Metropolitana, 2008.
- RATTO, Silvia. Los indios y la revolución en el Río de la Plata: el proceso independentista entre los indígenas soberanos de Pampa y Chaco. In: BRAGONI, Beatriz; MATA, Sara E. (Comps.). *Entre la colonia y la república: insurgencias, rebeliones y cultura política en América del Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p. 143-168.
- REINA, Leticia. (Coord.). *La reinianización de América, siglo XIX*. México: Siglo XXI, 1997.
- . Indianización de las instituciones españolas: los zapotecas del istmo mexicano en el siglo XIX. In: MANDRINI, Raúl; ESCOBAR OHNSTEDE, Antonio; ORTELLI, Sara (Coords.). *Sociedades en movimiento: los pueblos indígenas de América Latina en el siglo XIX*. Tandil: IEHS, 2007. p. 143-158.
- . Resenha: Escobar Ohnstedte, Antonio (Coord.). Los pueblos indios en los tiempos de Benito Juárez (1847-1872). *Historia Mexicana*, México, v. LVIII, n. 4, abr./jun. 2009.
- ; VELASCO, Cuauhtémoc. Introducción. In: REINA, Leticia (Coord.). *La reinianización de América, siglo XIX*. México: Siglo XXI, 1997. p. 15-24.
- SABATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: El Colegio de México, 1999. [FCE, 1997.]
- SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart. Introduction. In: — (Org.). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. v. III. South America, p. 1-18.
- SERUNIKOV, Sergio. *Conflicto sociales e insurrección en el mundo colonial andino: el norte de Potosí en el siglo XVIII*. México: FCE, 2006.
- SIDERS, Gerald. Identity as history: ethnohistory, ethnogenesis and ethnocide in the southeastern United States. *Identities Global Studies in Culture and Power*, New Hampshire, v. 1, n. 1, p. 109-122, 1994.
- SHAPSHIRE, Karen. The colonial Indian: past and future research perspectives. *Latin American Research Review*, Austin, v. 7, n. 1, p. 47-76, 1972.
- STERN, Steve. *Los pueblos indígenas del Perú y el desafío de la conquista*. Madrid: Alianza, 1986.
- STOLCKE, Verena; COELHO, Alexandre (Eds.). *Identidades ambivalentes en América Latina: siglos XVI-XXI*. Barcelona: Belaterra, 2008.
- TANCK DE ESTRADA, Dorothy. *Pueblos de indios y educación en el México colonial, 1750-1821*. México: El Colegio de México, 2000 [1999].
- TAYLOR, William B. *Drinking, homicide and rebellion in colonial Mexican villages*. Stanford: Stanford University Press, 1979.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1963]. v. 1.
- TERKIN, Marta. *Muerta el mal gobierno: las reformas borbónicas en los pueblos michoacanos y el levantamiento indígena de 1810*. Tesis (doctorado) — El Colegio de México, 1995.
- TRAFFANO, Daniela. La creación y vigilancia de las escuelas municipales continuará a cargo de las autoridades [...] Ciudadanía, escuela y ayuntamientos: Oaxaca, siglo XIX. In: ESCOBAR OHNSTEDE, Antonio (Coord.). *Los pueblos indios en los tiempos de Benito Juárez (1847-1872)*. México: Universidad Autónoma "Benito Juárez" de Oaxaca, Universidad Autónoma Metropolitana, 2007. p. 69-90.